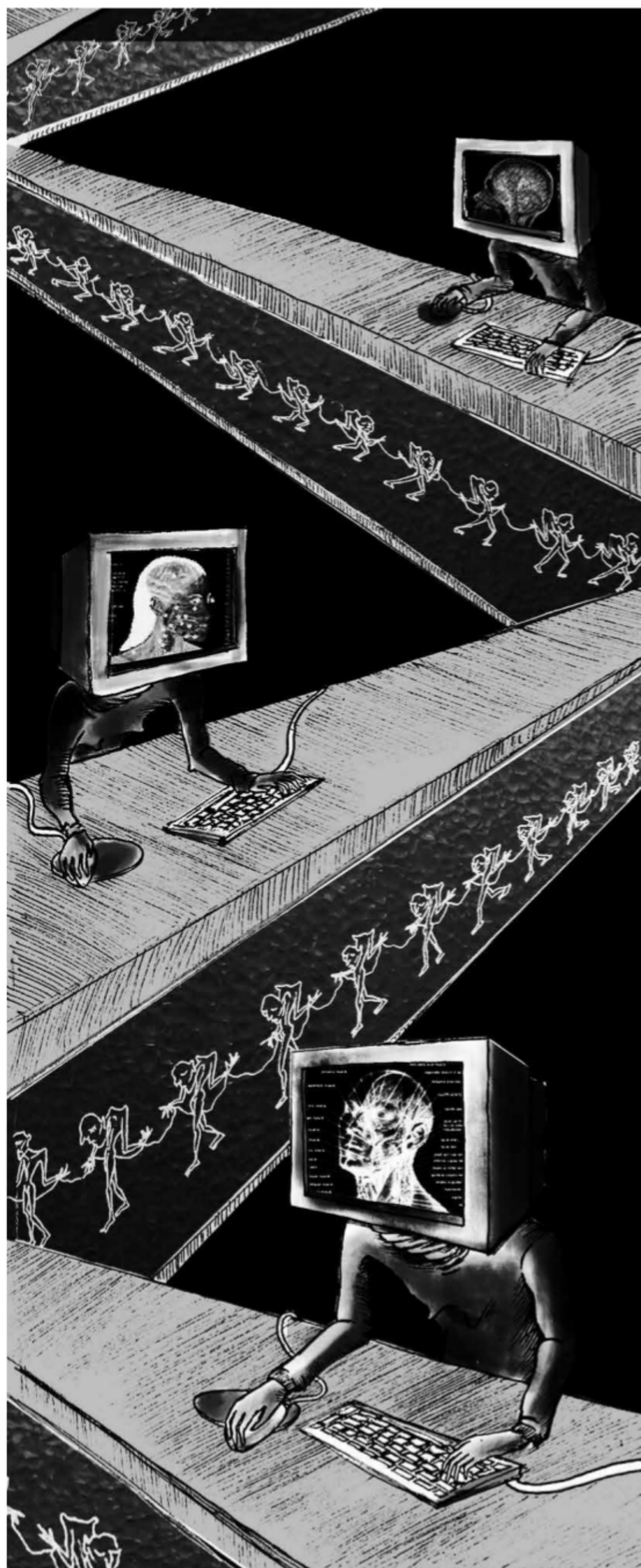




Trabalho para a Google e nunca fui a uma entrevista de emprego

SANDRA FAUSTINO
SANDRA.FAUSTINO@JORNALMAPA.PT

Nos anos 30, a filósofa francesa Simone Weil tornou-se operária fabril e, experienciando o servilismo da linha de montagem, perguntou-se se Lenine ou Estaline teriam alguma vez entrado numa fábrica.

Concluiu, renunciando ao marxismo, que não era possível conceber nenhum sistema de produção que não oprimisse os seus trabalhadores. Nos anos 60 e 70, o movimento operário italiano partiu das mesmas constatações de Simone Weil e depositou esperança nos processos de automação para finalmente libertar o homem do trabalho. Enquanto que a análise marxista assumia que a alienação resultava da exploração capitalista do trabalho, os operaístas acreditavam que a alienação resultava da subjugação da vida ao trabalho. Já não se tratava de deter os meios de produção, mas de reduzi-los. Os sindicatos e partidos não queriam libertar os trabalhadores, mas sim tornar o trabalho mais suportável.

Em 1975, o movimento operário foi 'substituído' pelo movimento *Autonomia*, alargado a estudantes, mulheres, jovens trabalhadores, desempregados. No final da década de 70, a maioria dos líderes autonomistas estavam já presos pelo governo comunista e a vida política voltava ao *business as usual*. Os autonomistas admitiram mais tarde que as suas aspirações se viram derrotadas pelo pós-fordismo. A confiança de que a automação iria libertar os trabalhadores foi traída. Os homens não foram progressivamente substituídos por máquinas e tornados livres. O sistema capitalista, reactivo, adaptou-se à recusa do trabalho e encontrou na vida fora do trabalho novas formas de extração de valor. É por isso dos autonomistas que surge, posteriormente, uma importante reflexão em torno do trabalho imaterial.

O TRABALHO IMATERIAL

Falar da passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade imaterial não significa que a produção e o trabalho industriais não existam ou não sejam quantitativamente relevantes. Há hoje muitas pessoas a trabalhar em fábricas por todo o mundo, provavelmente mais pessoas hoje do que no

pico da sociedade industrial, dado o crescimento avassalador da população mundial. O que podemos pressentir é o predomínio de certas formas de produção sobre outras. Quando Marx identificou as características de uma sociedade industrial, em meados do século XIX, não havia certamente mais pessoas a trabalhar em fábricas do que nos campos. O que ele afirmava era que as características do sector industrial estavam a invadir os outros sectores da sociedade. Eventualmente, a agricultura industrializou-se. E as populações adoptaram os ritmos maquinais das fábricas. A produtividade, eficiência e competitividade tornaram-se valores fundamentais. Com a regulamentação estatal dos horários de trabalho, a vida social tornou-se síncrona, abrindo o caminho às rotinas de consumo massificadas. Falar da transição para uma sociedade imaterial significa, portanto, que as características dos processos de produção e consumo imateriais começam a ser predominantes sobre os outros sectores da produção, e sobre a própria vida. A indústria tem hoje de se informatizar, de ser mais 'visual', de trabalhar em 'rede'. Os ritmos de vida flexibilizaram-se, tal como o mercado laboral: trabalhamos de dia, de noite, por turnos, ao fim-de-semana, *on call*. Sempre ligados e conectados, torna-se difícil perceber quando estamos ou não estamos a trabalhar. E adaptamo-nos a um ritmo de produção e consumo assíncrono, facilitado pela Internet, onde podemos fazer compras a qualquer hora e trabalhar ao dispor de diferentes fusos horários.

Na economia pós-fordista, o lucro já não é (só) extraído do trabalho físico, materializado num produto; ele é extraído do intelecto individual e colectivo. O sistema capitalista não é apenas produtor de objectos, mas também de significados e de estímulos psíquicos. A publicidade é o primeiro grande mecanismo desta transição: vender primeiro o estilo de vida e depois o produto. Hoje, o sistema capitalista extrai valor do comportamento do consumidor, que dita os padrões culturais e artísticos, modas e normas, através dos quais os produtos se diferenciam. Extrai valor da condição do espectador, que confere valor económico aos *slots* publicitários que são vendidos aos anunciantes. Extrai valor das nossas actividades de la-

4 NOTÍCIAS À ESCALA



se interagimos online por prazer, isso não pode ser trabalho. Mas se essa interação é monetizada e transformada em lucros para grandes corporações, é apenas lazer?

zer, na circulação em espaços públicos peçados de anúncios, nas navegações *online*, na mercantilização cultural. A vida fora do trabalho, afinal, não está a salvo da exploração económica. Os movimentos feministas debruçam-se desde há muito sobre esta questão falando de trabalho afectivo: a maternidade, o cuidado, as tarefas domésticas, a reprodução da vida e a produção de comunidade alimentam, gratuitamente, o sistema capitalista. Outros movimentos, preocupados com as tecnologias da informação e da comunicação, e com a Internet em particular, falam de trabalho digital: que quantidades massivas de trabalho gratuito são necessárias para manter viva a *world wide web*?

O trabalho digital

Os estudos sobre trabalho digital nascem em 2000, quando Tiziana Terranova, teórica dos *media*, fala pela primeira vez no 'trabalho gratuito' que realizamos na Internet. Ela refere-se sobretudo ao que não costumamos considerar como trabalho: chats, fóruns, pesquisas em motores de busca, mailing-lists, newsletters, actualização de websites/blogs, etc. Se é difícil conceber estas actividades como trabalho, é porque não as sentimos como tal. Muitos argumentam que se interagimos online por prazer, isso não pode ser trabalho. Mas se essa interacção é monetizada e transformada em lucros para grandes corporações, é ape-

nas lazer? A sociedade capitalista, entre algumas das suas características fundamentais, assenta na extracção de mais-valia da força laboral e na propriedade e controlo dos meios de produção. Na economia digital, essas características mantêm-se intocáveis: a nossa actividade cibernética é lucrativa para as corporações que detêm as plataformas que usamos. De facto, as corporações com maior valor de mercado actualmente são empresas como a Apple, Google, Microsoft, Facebook ou Amazon.

O que a Internet veio trazer de novo foi um esbatimento da fronteira entre trabalho e lazer. Apesar de algumas crenças acerca do "fim do trabalho", causadas sobretudo pelos processos de automação, não parece que se trate de um fim, mas antes da sua onnipresença - não só as nossas actividades de lazer são monetizadas, como o trabalho formal se vai adaptando à automação. O antropólogo David Graeber fala no aumento de *bullshit jobs*: cada vez mais trabalhadores sentem o seu posto de trabalho como inútil, normalmente na área administrativa dos serviços - monitorizar o trabalho dos outros, preencher formulários, supervisionar os outros enquanto preenchem formulários e até inventar novos formulários. A automação substituiu muitas tarefas mecanizadas mas as pessoas não passaram a trabalhar

menos, pelo contrário. O desaparecimento da separação entre produção e consumo reflecte a transição de uma extracção de valor baseada na produção material para uma baseada na produção imaterial: afectos, intelecto, tendências, gostos, opiniões, conversas e atenção online - medida através de *clicks*, *downloads*, *likes*, visualizações e seguidores.

The uberization of what?

Plataformas *on-demand* como a Uber ou a Airbnb têm detonado discussões acerca de "novas economias" e até sustentado o conceito de *sharing economy*. Os condutores da Uber estão na condição de trabalhadores precários - responsáveis pela compra e manutenção dos seus recursos - e não de co-proprietários da empresa, num formato cooperativo que seria o único a suportar justamente a ideia de uma *sharing economy*. A acumulação de capital por parte da empresa não se reflecte nos ganhos dos seus trabalhadores: já no final de 2015, a Uber valia mais do que a Ford (perto de 70 biliões).

Estamos ainda longe de reconhecer a importância do trabalho imaterial nestas plataformas. Pensando ainda no caso da Uber, cada utilizador tem de investir tempo na criação do seu perfil, na troca de mensagens e na classificação do serviço. Passageiros com baixas

classificações terão dificuldade em arranjar um transporte às 3 da manhã, assim como condutores com baixas classificações arriscam ser "desactivados". O trabalho de classificação-avaliação destas plataformas é assim desempenhado gratuitamente por todos os seus utilizadores, dispensando a existência de departamentos de gestão de recursos humanos, departamentos legais, avaliação e controlo de qualidade, e por aí fora. O processo de construção de confiança na aplicação, enquanto componente essencial no crescimento da aplicação e na massificação do seu uso, fica assim descentralizado e distribuído. O que não é descentralizado nem distribuído são os lucros e recompensas que daí resultam.

Trabalho gratuito

Um adágio comum que circula por aí é a frase *se não és o cliente, és o produto*. É a constatação óbvia de que as plataformas *online* estão a trabalhar para um conjunto de sectores corporativos que estão interessados em comprar *big data*: todo o tipo de informação produzida pelos utilizadores, quer voluntariamente - texto, vídeo, imagem, música e conhecimento; quer involuntariamente - *metadata* como *logins*, *urls* e endereços IP. É o que alguns chamam de mercantilização dos estilos de vida e da criatividade. As redes sociais extraem

lucro de cada *post*, sessão de jogo, comentário, *'tag'* ou denúncias. Os motores de busca extraem lucro de cada *click*. Mas há mecanismos menos óbvios. O Google Captcha é um caso revelador. De cada vez que um website nos pede para escrever um pedaço de texto apresentado numa imagem, de forma a comprovarmos que não somos robots, essa tarefa é utilizada para treinar os algoritmos de pesquisa da Google para que aprendam a reconhecer letras, números ou frases apresentados em ficheiros de imagem - caso por exemplo do Google Livros, Google Académico ou de qualquer plataforma que vive de digitalizações. A máquina capitalista *connecting people* substitui assim o fardo alienante da fábrica por actividades de auto-expressão, já que são estas as únicas capazes de treinar inteligência artificial ao nível humano.

Crescem também as plataformas de micro-trabalho, que permitem contratar pessoas para pequenas tarefas repetitivas, conhecidas como "computação humana": organizar *playlists* de música, *'taggar'* vídeos e imagens, escrever e transcrever - tarefas igualmente úteis para calibrar e treinar software de inteligência artificial. Algumas destas plataformas chegam a ter mais de 10 milhões de utilizadores. Uma das mais conhecidas, a Amazon Mechanical Turk, roubou o seu nome de uma máquina jogadora de xadrez do século XVIII que era operada por um humano escondido, o que não



Nas Filipinas, Bangladesh, Índia, Vietname, Malásia, Nigéria ou Quênia o trabalho mediado tecnologicamente surge como a grande aposta de futuro para as populações mais pobres (...). Em alguns destes países proliferam as *clickfarms*: linhas de montagem substituídas por computadores onde trabalhadores são explorados para produzir clicks

deixa de ser brilhante para uma plataforma que coloca humanos a produzir computação distribuída. Algumas tarefas, chamadas *penny tasks*, chegam a valer tão pouco como 0,01 dólares. Mais uma vez, mesmo (miseravelmente) remuneradas, as tarefas apontam para uma acentuada 'gamificação' do trabalho - os micro-trabalhadores passam o seu tempo a ver vídeos, imagens, trocando mensagens ou partilhando conteúdos, o que não difere muito da experiência comum de navegação *online*.

O terceiro Mundo

Estas questões parecem centradas nas sociedades ocidentais, mas têm um efeito periférico significativo. Os termos "sociedade do conhecimento", "sociedade em rede" e por aí fora, expressam uma transição desejada e impulsionada pelo ocidente que assenta na capacidade de empurrar os sectores mais desqualificados e alienantes da indústria para outros continentes. Nós não deixamos de consumir em grande escala produtos materiais que têm origem na linha de montagem, como a roupa, brinquedos ou os próprios dispositivos electrónicos que constituem os nossos sistemas de informação e comunicação. Passamos a importar esses produtos de países mais pobres, como a Índia, ou de países com culturas laborais escravizantes, como a China. Esta divisão internacional do trabalho tem prejudicado os sujeitos mais marginais

como as mulheres, pobres, presos e outras minorias. As indústrias poupam em salários e em impostos, deslocando o seu centro de produção, e abre-se espaço para que as sociedades ocidentais se "renovem" e atraíam outro tipo de indústrias, da tecnologia ao entretenimento. A economia digital herdou esta divisão internacional do trabalho e encontrou nas periferias multidões que transitaram de trabalhos agrícolas e extractivos para o sector digital de produção e moderação de conteúdos digitais. No sudeste asiático e na África subsariana só 20% das pessoas estão empregadas formalmente, o que as torna especialmente vulneráveis ao trabalho precário digital. Nas Filipinas, Bangladesh, Índia, Vietname, Malásia, Nigéria ou Quênia, o trabalho mediado tecnologicamente surge como a grande aposta de futuro para as populações mais pobres, usando-se o mantra que sempre acompanhou a flexibilização do trabalho no ocidente: *trabalhas ao teu próprio ritmo, não tens patrão, és empreendedor*. Em alguns destes países proliferam as *clickfarms*: linhas de montagem substituídas por computadores onde trabalhadores são explorados para produ-

zir *clicks* (beneficiando anúncios, moderando conteúdos, vendendo *likes*, etc.). Programas prisionais na China incluem *goldfarming*, ou seja, aquisição de bens de valor virtuais em videojogos, e até nos E.U.A. certos programas prisionais incluem digitação de dados e revisão de textos. Um estudo feito em várias plataformas *online* de micro-trabalho mostra que grande parte dos empregadores são dos E.U.A., Austrália, Canadá e Reino Unido, enquanto que grande parte dos micro-trabalhadores são da Índia e das Filipinas. A invisibilidade do trabalho que alimenta o universo *online* é um forte aliado do sistema capitalista predatório, que progressivamente tem menos trabalho a cobrir as suas "pegadas".

Internet of things

A Internet como a conhecemos já permite que actividades involuntárias como um *login* sejam lucrativas para as corporações tecnológicas. Isto aponta para o que parece ser o próximo grande sistema de extracção de valor a partir do trabalho imaterial: a Internet of Things (IoT). Há uma significativa transição da Internet-da-publicação para a Internet-da-emissão,

em que dados são emitidos automaticamente cada vez que ligamos um dispositivo e de acordo com a nossa utilização. Caminhamos rapidamente para a massificação dos objectos inteligentes e, por consequência, dos ambientes inteligentes. Falamos de dados emitidos por sensores e aplicações, como por exemplo dados de geolocalização emitidos enquanto nos movemos, ou até dados de performance física, usados por quem se monitoriza enquanto faz desporto, para alimentar a especulação de seguradoras.

O que fica de tudo isto é que o paradigma do que é a "força de trabalho" está em rápida transformação e a transitar de forma dissimulada para as actividades humanas de lazer projectadas para as décadas que estão por vir. O enquadramento legal vai sendo praticamente inexistente, à medida que o papel dos Estados se torna cada vez mais satélite de uma economia política desenhada pelas corporações. Quanto a isso, muitos processos colectivos têm sido levados a tribunal contra a Google, Facebook, Amazon Mechanical Turk, entre outras, por vezes até vencedores, mas que pouco alteram o seu funcionamento por defeito. O uso cons-

ciente e informado de sistemas digitais ainda pertence a uma minoria, enquanto que a maioria das populações mundiais estão a ser empurradas para a economia digital porque desaparecem as suas economias tradicionais, fossem elas as comunitárias de base ou as industriais do século XX. De facto, os debates em torno do "fim do trabalho" referem-se apenas ao fim do trabalho como o conhecemos. Quis-se aqui olhar detalhadamente para uma dinâmica de extracção económica que não deve ser vista como uma apologia, por si só, de uma perspectiva tecno-pessimista (como aliás atestam outros artigos desta edição). A tecnologia é uma construção social a muitas mãos, onde coexistem visões antagónicas, desde a promoção da autonomia absoluta até ao exercício de um controlo predatório. O aceleracionismo, teoria que defende que a única fuga possível ao capitalismo se faz acelerando-o, deixa ainda em aberto dois possíveis finais: acelerar até à singularidade de um capitalismo aperfeiçoado, ou acelerar até ao colapso. Em qualquer um dos dois, o novo paradigma tecno-económico pode redefinir o seu propósito para servir o *commonismo*, se a colonização corporativa da Internet for combatida com o espírito *open source* de desenharmos activamente as arquitecturas que desejamos habitar.